

VIVA RIO

CNPJ/MF nº 00.343.941/0001-28

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Ativo circulante	303.166.130	223.082.706				
Caixa e equivalentes de caixa	151.163.086	116.910.240				
Valores a receber	147.062.582	99.137.955				
Outros créditos	4.940.462	7.034.511				
Ativo não circulante	514.981	549.155				
Imobilizado	428.567	428.567				
Intangível	86.414	120.588				
Total do ativo	303.681.111	223.631.861				
	31/12/2022	31/12/2021				
Passivo		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Passivo circulante	256.283.605	188.911.258				
Obrigações a pagar	169.952.394	113.919.827				
Repasso de recursos a realizar	86.331.211	74.991.431				
Passivo não circulante	44.361.669	29.475.987				
Contingências judiciais	44.322.058	29.069.366				
Outras obrigações a pagar	39.611	406.621				
Patrimônio líquido	3.035.837	5.244.616				
Patrimônio social	5.244.616	1.405.649				
Superávit/déficit do período	(2.208.779)	3.838.967				
Total do passivo e do patrimônio líquido	303.681.111	223.631.861				
	31/12/2022	31/12/2021				
Doações e recursos sem restrição de uso	13.862.951	21.035.576				
(-) Custos dos serviços e atividades	(14.840.909)	(15.649.049)				
(-) Serviços sócio assistenciais tipificados	(11.114.780)	(11.227.019)				
(-) Projetos sócio ambientais, culturais e desportivos	(3.726.129)	(4.422.030)				
(=) Superávit/déficit bruto	(977.958)	5.386.527				
(-) Despesas administrativas e gerais	(1.372.833)	(1.453.426)				
(=) Superávit/déficit antes do resultado financeiro	(2.350.791)	3.933.101				
(+/-) Resultado financeiro líquido	142.012	(94.134)				
(=) Superávit/déficit das atividades próprias	(2.208.779)	3.838.967				
Resultado de convênios e contratos de gestão						
(+) Subvenções para gestão de saúde	1.018.663.309	709.315.564				
(-) Pessoal	(681.493.171)	(428.081.370)				
(-) Serviços contratados	(168.481.178)	(153.057.695)				
(-) Materiais diretos	(64.309.893)	(71.025.990)				
(-) Materiais de uso e consumo	(20.970.178)	(8.184.309)				
(-) Equipamentos diretos	(24.868.466)	(7.413.723)				
(-) Demais custos subvencionados	(58.540.433)	(41.552.477)				
(=) Superávit/déficit das contas de aplicações específicas						
(=) Superávit/déficit líquido do período	(2.208.779)	3.838.967				
	31/12/2022	31/12/2021				
Das atividades operacionais						
Superávit/déficit líquido do período	(2.208.779)	3.838.967				
(+) Depreciação/amortização	34.174	34.174				
(=) Superávit/déficit ajustado	(2.174.605)	3.873.141				
(+/-) Variações ativos operacionais de curto e longo prazo	(45.830.578)	(50.584.871)				
(+/-) Variações passivos operacionais de curto e longo prazo	82.258.029	109.195.707				
(=) Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	34.252.846	62.483.977				
Das atividades de investimentos						
(=) Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos						
Das atividades de financiamentos						
(=) Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento						
(=) Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes	34.252.846	62.483.977				
(+) Saldo inicial de caixa e equivalentes	116.910.240	54.426.263				
(=) Saldo final de caixa e equivalentes	151.163.086	116.910.240				
	31/12/2022	31/12/2021				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em reais						
		Patri- mônio social	Superávit / déficit período	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		485.584	920.065	1.405.649		
Incorporação do superávit/déficit de 2020		920.065	(920.065)	-		
Auração do superávit/déficit de 2021		-	3.742.145	3.742.145		
Retificação de erros, referentes ao exercício 2021, identificados em 2022		-	96.822	96.822		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.405.649	3.838.967	5.244.616			
Incorporação do superávit/déficit de 2021		3.838.967	(3.838.967)	-		
Auração do superávit/déficit de 2022		-	(2.208.779)	(2.208.779)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.244.616	(2.208.779)	3.035.837			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em Reais

Nota 01 – Contexto Operacional. A VIVA RIO (Entidade) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade de lucro, constituída como associação, que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços, executa programas e/ou projetos dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal; observando os princípios da assistência social. As demonstrações financeiras da VIVA RIO abrangem todas as ações da Entidade, incluindo as parcerias com Administração Pública de todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal). Em 2022, a Entidade aplicou seus recursos integralmente no desenvolvimento das suas finalidades institucionais, compreendendo a realização das seguintes atividades e áreas de atuação:

a) Assistência Social. a.1) Convivência e fortalecimento de vínculos; a.2) Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências; a.3) Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro; a.4) Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas; a.5) Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e a geração de renda; a.6) Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos; a.7) Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua interação à vida comunitária; a.8) Promoção da integração ao mercado de trabalho. **b) Socioambiental, Filantrópico e Desportivo.** b.1) Sensibilização socioambiental e promoção de geração de renda em comunidades e ambientes rurais; b.2) Integração de interesses essenciais à melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos; b.3) Promoção da cultura de paz e viabilização da inclusão social; b.4) Prática de desporto de participação, de formação e de rendimento. **c) Saúde em Rede (Gestão de Saúde).** c.1) Apoio no gerenciamento das ações de saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal); c.2) Apoio técnico a projetos de qualificação de profissionais para atuação na área de informação, comunicação e educação popular, referentes à promoção da saúde, que atuem na Estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal).

Nota 02 – Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras. 2.1. Base de Preparação. a) Declaração de Conformidade. Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Entidade declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir: i. Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil; ii. Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; iii. Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; iv. Resolução CFC n.º 1.409/12 e suas alterações – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro; v. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

2.2. Moeda funcional e Moeda de Apresentação. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Reapresentação Retrospectiva. Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações financeiras, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido. **a) Retificação de Erros.** Durante o exercício de 2022, a Entidade identificou que as despesas administrativas e gerais foram erroneamente reconhecidas no resultado do exercício social de 2021. Os erros foram retificados pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras, referentes ao exercício 2021, da Entidade:

Descrição	Original	Ajuste	Reapresentação
Passivo			
Obrigações a Pagar	114.016.649	(96.822)	113.919.827
Patrimônio Líquido			
Resultado Do Período	3.742.145	96.822	3.838.967

Nota 03 – Principais Políticas Contábeis Adotadas. 3.1. Base de Mensuração. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. **3.2. Princípio da Competência.** As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. **3.3. Segregação de Atividades.** As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber. **3.4. Recursos com Restrição de Uso – Aplicação Específica.** As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, financiadores, parceiros, reguladores e usuários em geral. **3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa.** Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa. (i) **Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira.** Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado. (ii) **Equivalentes de Caixa – Recursos com Restrição.** Equivalentes de caixa mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de projetos e/ou demais atividades de fins específicos, contendo restrições sobre a sua utilização, são apresentados separadamente daqueles livres de restrições sobre a sua utilização. **3.6. Ativos e passivos financeiros básicos (contas e títulos a receber e a pagar, e empréstimos bancários ou de terceiros).** A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. O ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é

financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado. **3.7. Estoques.** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de apuração pelo custo médio ponderado. **3.8. Imobilizado.** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **3.9. Ativo Intangível.** Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **3.10. Provisões.** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **3.11. Apuração do Resultado do Período.** O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. **3.12. Subvenções Governamentais e Doações sem Restrições de Uso.** As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado. As doações sem restrição de uso, definidas pelo doador/financiador, são reconhecidas diretamente no resultado simultaneamente ao seu registro no ativo. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais e confrontada com as despesas correspondentes. Na demonstração do resultado a subvenção é apresentada como crédito, tal como "outras receitas". Este método permite a separação da subvenção das despesas relacionadas; facilitando a comparação com outras despesas não afetadas pelo benefício de uma subvenção. **3.13. Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruidas.** A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado. A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de entidade sem fins lucrativos. Não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. **3.14. Gratuidade.** O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços é reconhecido pelo valor de custo efetivamente incorrido.

Pedro Daniel Stroenberg
 Presidente - CPF: 012.240.057-75
Rodrigo Napolitano dos Santos
 Contador - CRC-RJ 107.680/O-0.



VIVA RIO

CNPJ/MF nº 00.343.941/0001-28

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis. Examinamos as demonstrações contábeis do VIVARIO que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. Retificação dos valores correspondentes.** Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 item 2.4. às demonstrações contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que apresenta a indicação de lançamento equivocada em exercícios anteriores no grupo de contas do "Passivo Circulante", tendo o ajuste corrido no exercício de 2022. Com isso, o VIVARIO nas respectivas Demonstrações Contábeis, está reapresentando os valores correspondentes ao exercício de 2021, utilizados para fins de comparação, como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis.** A administração é responsável pela elaboração

e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

nião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de maio de 2023. **AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS, CRC/SP 25P "SI" "RJ" 024298/0-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador, CRC/RS "S" "RJ" 058.252/0-1, CNAI/RS – 718, CVM Ato Declaratório nº. 7710/04.**

Consulte a publicação das demonstrações financeiras de 2022, na íntegra, no site eletrônico http://vivario.org.br/relatorios_dev

DO

▶▶▶▶▶

AO

▶▶▶▶▶

ESPORTE



TRANSPORTE



PORTE



TRANSPORTE



QUER SABER? SEGUE A PREF

@prefeitura_rio

